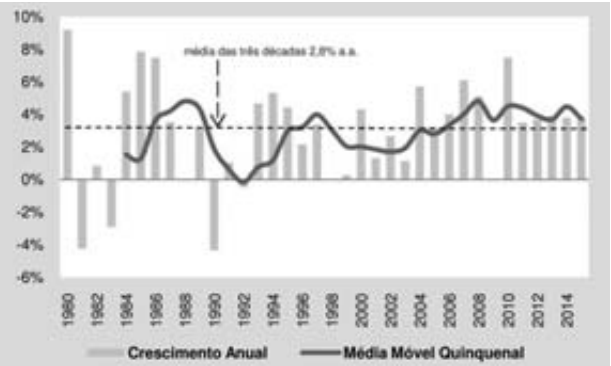


2.2 CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO

A principal característica da economia brasileira atual é a estabilidade macroeconômica. O país tornou-se menos vulnerável a choques externos e domésticos como pôde ser constatado pelo efeito limitado da crise do “sub-prime” em 2009. Rompeu-se, finalmente, a seqüência verificada nas últimas décadas quando uma rápida deterioração das expectativas se refletia imediatamente sobre o risco país. Vê-se agora que a formação bruta de capital fixo tem crescido nos últimos seis anos, assim como o investimento direto estrangeiro. Adicionalmente, o consumo privado tem se expandido de forma consistente, estimulado pelo aumento real da massa salarial e do crédito. O país aproxima-se de atingir uma taxa de investimento próxima de 20% do PIB que, juntamente com a estabilização econômica, contribui para aumentar a produtividade do trabalho.

Estimativas recentes de crescimento potencial do país indicam uma expansão anual próxima a 4,4%. Trata-se de um patamar modesto, que mantém o Brasil como o país de menor taxa de crescimento entre os BRICs. Para crescer mais, o país terá que avançar em reformas na área fiscal que aumentem a poupança interna necessária para financiar um nível mais elevado de investimentos. De qualquer forma, as perspectivas para a economia brasileira no curto prazo são positivas. Nesse horizonte, o principal desafio é evitar o recrudescimento da inflação, cujos sinais de aceleração foram percebidos a partir de agosto de 2010. O outro grande desafio é na área externa. O aumento do déficit em transações correntes indica que o país caminha para uma necessidade de recursos externos da ordem de 3,7% do PIB já em 2011.

O Gráfico 2.4 mostra claramente o melhor desempenho da economia brasileira na última década, quando se compara com as duas décadas anteriores, situação que deve se estender ao longo do período do PPA 2012-2015. Durante a última década, graças ao ambiente econômico internacional favorável e à manutenção de política macroeconômica mais consistente, a taxa de crescimento do PIB passou a ter menor volatilidade e convergiu para uma taxa média próxima de 4%, conforme as médias quinquenais do período recente. Nas três décadas anteriores, o crescimento do PIB foi de 2,8% ao ano.



A dinâmica de crescimento de longo prazo da economia brasileira depende da trajetória da produtividade, embora possam ocorrer desvios de curto prazo por políticas monetárias restritivas para controlar surtos inflacionários e choques de risco oriundos de turbulências internacionais ou domésticas. Admitindo que o endividamento externo do país e a dívida interna do governo não tenham trajetórias inconsistentes, é possível identificar um cenário básico para a economia brasileira para o período do PPA 2012-2015. Nesse cenário, assume-se que a produtividade da economia brasileira continuará melhorando em função do aumento da escolaridade média da população, dos ganhos tecnológicos, do menor crescimento da carga tributária e do aprimoramento do marco institucional para investimentos. Em meados dos anos cinquenta, a produtividade do Brasil era 30% da produtividade da economia americana. Atualmente, essa relação chega a aproximadamente 60%, devendo convergir à fronteira de produtividade mundial nas próximas três décadas. No cenário básico, a inflação estará sobre controle e a manutenção de superávits primários elevados permitirá reduzir a dívida pública, implicando em juros reais decrescentes.

O crescimento do PIB nacional estimado para o período do PPA é de 4,4% ao ano, convergindo para um crescimento médio de 3,7% no longo prazo, desempenho superior aos 2,8% observado nos últimos trinta anos. A taxa de investimento projetada é de 19,7% do PIB, maior que os 16,8% da última década. Explicam esse crescimento o aumento da produtividade e o menor crescimento da carga tributária. A manutenção da taxa de câmbio real no patamar que se observa em 2011 é insustentável no longo prazo e levaria a déficits de transações correntes que não terão condições de ser financiados nos próximos anos. Admite-se, portanto, que haverá, no longo prazo, depreciação cambial quando o déficit externo ultrapassar 4,5% do PIB, permitindo reverter o déficit externo e percorrer uma trajetória consistente do passivo externo líquido do país. Os resultados dessa projeção são apresentados na Tabela 2.2.

Indicadores	2010	2011	2012/2015	2015/2030
PIB Brasil (% ao ano)	7,8%	4,3%	4,4%	3,7%
Inflação (% ao ano)	5,9%	5,2%	9,3%	3,6%
Juros Nominais (% ao ano)	9,8%	11,6%	14,4%	7,5%
Juros Reais	5,2%	6,6%	4,7%	3,8%
Investimento (% do PIB)	18,5%	19,4%	19,7%	20,1%
Câmbio Nominal Médio (R\$/US\$)	1,76	1,79	2,71	4,00
Exportações (US\$ bilhões)	201,9	208,0	294,5	950,2
Importações (US\$ bilhões)	181,6	219,0	294,5	953,8
Balança Comercial (US\$ bilhões)	20,3	-11,0	0,0	-3,6
Transações Correntes (US\$ bilhões)	-47,5	-82,0	-85,2	-57,2
Transações Correntes (% do PIB)	2,3%	-3,7%	-4,2%	-2,2%
Passivo Externo Líquido (% do PIB)	32,0%	32,8%	47,3%	55,9%
Superávit Primário (% do PIB)	2,7%	2,3%	4,2%	0,7%
Dívida Pública Líquida (% do PIB)	40,4%	36,7%	32,9%	22,6%

Fonte: Fipe/USP.

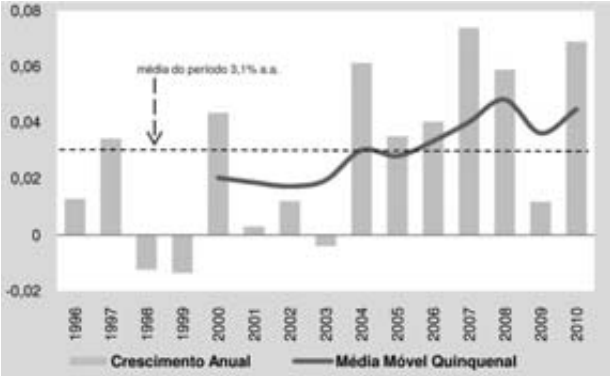
Tabela 2.2
Projeções das variáveis básicas do cenário nacional

2.3 CENÁRIO ECONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

2.3.1 Desempenho Recente da Economia Paulista

A evolução recente da economia paulista tem gerado otimismo quanto a suas perspectivas futuras. Após um período de incertezas decorrentes de grandes mudanças de política econômica que, ao lado da estabilização da moeda, provocaram a abertura da economia brasileira à concorrência internacional e levaram muitas das empresas situadas em São Paulo a implementarem profundas mudanças organizacionais e tecnológicas, a economia paulista tem dado sinais de vigor e de competitividade, notadamente a partir de 2004.

O Gráfico 2.5 mostra que o período entre 1996 e 2003 foi turbado para a economia de São Paulo. Entretanto, a partir de 2004, quando a situação econômica mostrou-se mais favorável, foi notável a capacidade de recuperação da economia paulista, cujo PIB passou a crescer com intensidade superior à do brasileiro, na grande maioria desses anos. Mesmo em 2009, quando os efeitos da crise internacional atingiram a economia brasileira, o PIB paulista ainda registrou crescimento real, ao contrário do nacional.



Pode-se admitir que esse novo dinamismo seja reflexo daquela reestruturação produtiva iniciada nos anos 1990. Além disso, tal dinamismo foi facilitado e potencializado pela base de infraestrutura de que dispõe São Paulo, pela importante rede de ensino em todos os níveis, especialmente técnico e superior, e pelos contínuos investimentos em pesquisa e formação de pessoal altamente qualificado por parte do governo estadual.

Não por acaso, dos R\$ 51 bilhões despendidos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), entre 2006 e 2008, pelas empresas cobertas

pela Pesquisa de Inovação Tecnológica do IBGE (Pintec), nada menos que R\$ 26 bilhões deveram-se a empresas situadas em São Paulo. Da mesma forma, dos 6,7 mil pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), em 2007 (último dado disponível), por residentes no país, cerca de 3 mil originaram-se de São Paulo. Esse esforço inovador vem caracterizando cada vez mais a economia paulista e deve estar na raiz da grande capacidade de recuperação mencionada anteriormente.

Além das boas condições de infraestrutura e da forte base de conhecimento e inovação, o dinamismo do ciclo de crescimento recente da economia paulista também tem se beneficiado do aumento do consumo das classes C e D. A melhoria das condições de renda desse grupo e a maior acessibilidade ao crédito, tem provocado expressiva expansão da demanda por bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, etc.), ao lado também da maior procura por bens de consumo não duráveis. Esse movimento beneficia a atividade econômica de São Paulo, pois parte significativa da cadeia de produção desses bens, sobretudo dos duráveis, localiza-se no Estado.

2.3.2 Perspectivas para a Economia Paulista

Que papel pode se esperar para a economia paulista nos novos ciclos de expansão da economia brasileira? Algumas macrotendências são muito destacadas. Embora não se possa caracterizar o crescimento recente da economia brasileira como um novo ciclo de expansão, há indicativos de que o processo de globalização e, em particular, o dinamismo da economia chinesa estão estimulando a demanda por diversos produtos intensivos em recursos naturais (minérios, metais, alimentos, papel e celulose, etc.), principalmente nas regiões menos desenvolvidas do Brasil. Assim, as áreas em que se acelera o crescimento econômico (Sudeste do Pará, o Quadrilátero Ferrífero de Minas, o Centro-Norte do Mato Grosso, o Oeste da Bahia, o Sul do Maranhão, etc.) localizam-se, quase todas, na periferia tradicional e na periferia dinâmica do País, as quais deverão atrair grande parcela dos investimentos a serem realizados ao longo da próxima década. Esses processos têm implicado o surgimento de novos pólos econômicos distribuídos pelo país, contrapondo-se ao peso de São Paulo na geração do PIB nacional.

Porém, é de se esperar que os novos ciclos de expansão da economia brasileira, durante o século 21, sejam intensivos em ciência e tecnologia na geração de diferentes produtos, processos e técnicas de gestão que irão compor a formação do Produto Nacional de uma economia cada vez mais exposta à competição externa. Estudos comparativos internacionais sobre os novos padrões de localização dos projetos de investimentos, semelhantes aos que irão dar sustentação a estes ciclos de expansão, mostram que as vantagens relativas das regiões para atraí-los dependerão cada vez menos da disponibilidade de recursos naturais ou de mão de obra não qualificada (fatores locais tradicionais) e cada vez mais da existência, na região, de trabalhadores qualificados em permanente processo de renovação de conhecimentos, centros de pesquisa, recursos humanos especializados, ambiente cultural, etc. (fatores locais não tradicionais). Dada a atual geo-